



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA**Preço deste número - Kz: 160,00**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 163/18:

Aprova a abertura de crédito adicional no montante de Kz: 8.621.313.879,00, para o pagamento das despesas do Programa de Investimento Público da Unidade Orçamental do Gabinete de Obras Especiais — GOE.

Decreto Presidencial n.º 164/18:

Aprova o Regulamento da Lei n.º 1/14, de 6 de Fevereiro, Lei do Regime Jurídico de Emissão e Gestão da Dívida Pública Directa e Indirecta, alterada pela Lei n.º 21/16, de 29 de Dezembro. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 259/10, de 18 de Novembro.

Decreto Presidencial n.º 165/18:

Nomeia Alcino dos Prazeres Isata Francisco da Conceição para o cargo de Secretário para os Assuntos Económicos do Presidente da República.

Despacho Presidencial n.º 79/18:

Autoriza a modificação subjectiva do Contrato para a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, com a saída das empresas CGGC & Niara Holding, Limitada e Boreal Investment Ltd., ficando como parte única no contrato e respectivas prestações e responsabilidades à empresa Ghezouba Group Company. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Diploma.

Despacho Presidencial n.º 80/18:

Autoriza a abertura de procedimentos de Concurso Público para adjudicação dos contratos das empreitadas de Construção e Apetrechamento do Edifício da Cultura e do Hospital do Chilume, de Reabilitação do Hospital Geral do Huambo e delega competência ao Governador da Província do Huambo para verificação da validade e legalidade de todos os actos subsequentes, no âmbito do procedimento, até a formação e execução do contrato.

Secretariado do Conselho de Ministros

Decreto Executivo n.º 251/18:

Aprova o Modelo de Programa Legislativo Sectorial relativo ao ano subsequente, a ser remetido pelos Departamentos Ministeriais ao Secretariado do Conselho de Ministros até ao final de cada ano civil, para a calendarização das iniciativas legislativas.

Ministério da Cultura

Despacho n.º 159/18:

Encerra provisoriamente o Museu Nacional da Escravidão ao público, para implementação do projecto de renovação.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 163/18**de 12 de Julho**

Havendo necessidade de se proceder à autorização do crédito adicional no Orçamento Geral do Estado de 2018, para suporte das despesas do Programa de Investimento Público do Gabinete de Obras Especiais;

Tendo em conta que a Lei n.º 15/10, de 14 de Julho — Lei do Orçamento Geral do Estado, determina, no n.º 1 do artigo 27.º, que os créditos suplementares autorizados por Lei são abertos por Decreto Presidencial;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

ARTIGO 1.º**(Aprovação de abertura de crédito adicional suplemental)**

É aprovada a abertura de crédito adicional no montante de Kz: 8.621.313.879,00 (oito mil milhões, seiscentos e vinte um milhões, trezentos e treze mil, oitocentos e setenta e nove kwanzas), para o pagamento das despesas do Programa de Investimento Público da Unidade Orçamental.

ARTIGO 2.º**(Inscrição da Dotação Orçamental)**

O Crédito Adicional aberto nos termos do artigo 1.º deste Decreto Presidencial é afecto à Unidade Orçamental do Gabinete de Obras Especiais — GOE.

ARTIGO 3.º**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Despacho Presidencial n.º 80/18
de 12 de Julho

Considerando que o Governo Provincial do Huambo procedeu à inscrição no Programa de Investimentos Públicos 2018 de três empreitadas cuja execução de despesa é competente para autorizar o Titular do Poder Executivo, em função do valor estimado do contrato;

Havendo necessidade de garantir a realização dos procedimentos concursais inerentes à execução do Programa de Investimentos Públicos 2018, do Governo Provincial do Huambo, bem como a adjudicação dos respectivos contratos;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugados com alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º, n.º 1 do artigo 24.º, artigos 31.º a 35.º e alínea a) do n.º 1 do Anexo IV, todos da Lei n.º 9/16, de 16 de Junho, Lei dos Contratos Públicos, o seguinte:

1.º — É autorizada a abertura de procedimentos de Concurso Público para adjudicação dos contratos das seguintes empreitadas, na Província do Huambo:

- a) Construção e apetrechamento do Edifício da Cultura, com o preço-base de Kz: 1.580.459.900,00;
- b) Construção e apetrechamento do Hospital do Chilume, com o preço-base de Kz: 1.273.440.000,00;
- c) Reabilitação do Hospital Geral do Huambo, com o preço-base de Kz: 1.500.000.000,00.

2.º — Ao Governador da Província do Huambo é delegada competência para a verificação da validade e legalidade de todos os actos subsequentes, no âmbito do procedimento, até a formação e execução do contrato, designadamente:

- a) Nomeação da Comissão de Avaliação;
- b) Aprovação das peças do procedimento;
- c) Aprovação do Relatório Final;
- d) Adjudicação do contrato.

3.º — As dúvidas e omissões suscitadas na aplicação e interpretação do presente Despacho são resolvidas pelo Presidente da República.

4.º — O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Julho de 2018.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto Executivo n.º 251/18
de 12 de Julho

Considerando a necessidade de se padronizar a informação a constar nas propostas de calendarização das iniciativas legislativas a serem apresentadas pelos Departamentos Ministeriais, em observância ao disposto no artigo 12.º do Regimento do Conselho de Ministros, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 357/17, de 28 de Dezembro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e das disposições combinadas dos n.ºs 2 e 3 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e do n.º 2 do artigo 6.º do Estatuto Orgânico do Secretariado do Conselho de Ministros, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 326/17, de 13 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Modelo de Programa Legislativo Sectorial relativo ao ano subsequente, a ser remetido pelos Departamentos Ministeriais ao Secretariado do Conselho de Ministros até ao final de cada ano civil, para a calendarização das iniciativas legislativas, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Dúvidas e omissão)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Secretário do Conselho de Ministros.

ARTIGO 3.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2018.

A Secretária, *Ana Maria da Silva Sousa e Silva*.



REPÚBLICA DE ANGOLA

PROGRAMA LEGISLATIVO SECTORIAL

Ministério: _____ (a) ANO _____

Ordem	Sumário do Diploma (b)	Mês (c)	Objectivos (d)

a) Designação do Departamento Ministerial ou Órgão Legalmente Equiparado;

b) Descrição dos Diplomas Legais a propor, obedecendo a hierarquia dos Diplomas Legais, (Propostas de Lei, Projectos de Decretos Legislativos Presidenciais e Projectos de Decretos Presidenciais);

c) Proposta de mês para o agendamento em Conselho de Ministros, em conformidade com a ordem de prioridade estabelecida pelo sector;

d) Descrição dos objectivos a alcançar, em alinhamento com o Plano de Desenvolvimento Nacional.

A Secretária, *Ana Maria da Silva Sousa e Silva*.**MINISTÉRIO DA CULTURA****Despacho n.º 159/18**
de 12 de Julho

Havendo necessidade de criar as condições para realização das obras de restauro do Museu da Escravatura, nomeadamente a reabilitação do pavimento e reforço das janelas, garantindo a plena funcionalidade do Museu;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do Despacho Presidencial n.º 289/17, de 13 de Outubro, e no uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 3 do artigo 4.º do Decreto Presidencial n.º 35/18, de 8 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Encerramento)

É encerrado provisoriamente o Museu Nacional da Escravatura ao público, para implementação do projecto de renovação.

ARTIGO 2.º
(Duração)

O Museu Nacional da Escravatura é encerrado ao público até a conclusão da obra de restauro.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação ou aplicação deste Diploma são resolvidas por Despacho da Ministra da Cultura.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Despacho entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2018.

A Ministra, *Carolina Cerqueira*.